



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

31 de Dezembro de 2021

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto	12
Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio	13
Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa administrava 36 grupos de consórcios (33 grupos em 31 de dezembro de 2020) com uma base de clientes ativos de 17.358 consorciados (16.979 consorciados ativos 31 de dezembro de 2020) e 10.853 bens entregues (8.918 de bens entregues em 31 de dezembro de 2020).

Eventos Societários

Em 30 de abril de 2021, em reunião de sócios cotistas realizada, foi aprovada a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$5.702, sendo: dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$1.625, sendo R\$1.624 destinado a RCI Banque e R\$1 destinado a Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., os quais foram saldados em, 24 de junho de 2021, e destinar o lucro líquido remanescente, no valor de R\$4.077 aplicado ao negócio da sociedade.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$15.863 milhões em 31 de dezembro de 2021, apresentando aumento de 9% em relação a R\$14.465 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$3.023 milhões (31/12/2020 - R\$5.702 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$21.271 milhões (31/12/2020 – R\$19.873 milhões). Desse montante destacamos R\$ 15.647 milhões de Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos no ativo realizável a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o exigível total atingiu R\$ 5.408 milhões (31/12/2020 – R\$5.408 milhões), representado, por Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 171 mil (31/12/2020 – R\$ 394 mil) e Outras Obrigações – Diversas atingiu R\$ 5.237 milhões (31/12/2020 – R\$5.014 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não procurados, pendentes de recebimento - Grupos encerrados e acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência o auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados

pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Administradora de Consórcio RCI Brasil informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda., e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 22 de março de 2022.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

Santana de Parnaíba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2021 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

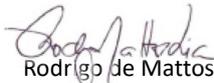
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2021	2020
Ativo Circulante		1.863	1.116
Disponibilidades		1	22
Aplicações Financeiras de Liquidez		9	-
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.369	467
Livres		1.369	467
Carteira própria - Cotas de fundos de investimentos	4.a	-	467
Letras Financeiras do Tesouro	4.b	1369	-
Outros Créditos	5	484	627
Rendas a Receber		106	627
Diversos		378	-
Realizável a Longo Prazo		19.086	18.452
Títulos e Valores Mobiliários	4	15.647	13.935
Livres		15.647	13.935
Carteira Própria	4.c	15.647	13.935
Outros Créditos	5	2.327	3.540
Créditos Específicos	5.a	375	1.130
Diversos		1.952	2.410
Crédito Tributário	6	1.112	977
Ativo Permanente		322	305
Imobilizado de Uso		322	305
Total do Ativo		21.271	19.873

	Notas Explicativas	2021	2020
Passivo Circulante		1.911	2.270
Outras Obrigações		1.911	2.270
Fiscais e Previdenciárias		171	394
Diversas	7	1.740	1.876
Exigível a Longo Prazo		3.497	3.138
Diversas	7	3.497	3.138
Patrimônio Líquido		15.863	14.465
Capital Social	9.a	7.270	7.270
De Domiciliados no País		5	5
De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265
Reserva de Lucro	9.b	8.593	7.195
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		21.271	19.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		486	688	264
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		486	688	264
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		486	688	264
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		1.785	3.846	8.313
Receita de Prestação de Serviços	10	17.814	35.097	41.210
Despesas Gerais e Administrativas	11	(15.066)	(29.233)	(31.610)
Despesas Tributárias		(773)	(1.684)	(2.215)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	12	(190)	(334)	928
Outras Receitas não Operacionais		9	22	-
Outras Receitas não Operacionais		9	22	-
Resultado antes da Tributação sobre Lucros		2.280	4.556	8.577
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(771)	(1.533)	(2.875)
Imposto de Renda - Corrente		(647)	(1.220)	(1.897)
Contribuição Social - Corrente		(237)	(448)	(691)
Ativo Fiscal Diferido		113	135	(287)
Resultado Líquido do Exercício		1.509	3.023	5.702
Resultado Líquido por Ação - R\$		0,21	0,42	0,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021	2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado Líquido do Exercício	1.509	3.023	5.702
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	1.509	3.023	5.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	7.270	1.257	-	8.527
Resultado Líquido do Exercício		-	-	5.702	5.702
Ajustes Exercícios Anteriores		-	-	236	236
Transferência para Reserva de Lucro		-	5.938	(5.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	7.270	7.195	-	14.465
Resultado Líquido do Exercício		-	-	3.023	3.023
Distribuição de Dividendos		-	(1.625)	-	(1.625)
Transferência para Reserva de Lucro		-	3.023	(3.023)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	7.270	8.593	-	15.863
Saldos em 30 de junho de 2021	9	7.270	7.084	-	14.354
Resultado Líquido do Semestre		-	-	1.509	1.509
Transferência para Reserva de lucro		-	1.509	(1.509)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	7.270	8.593	-	15.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro Líquido Ajustado	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	1.509	3.023	5.702
Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias	366	543	159
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(113)	(135)	287
Variações de Ativos e Passivos	(1.752)	(1.801)	(6.133)
Redução (Aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(1.250)	(2.614)	(6.879)
Aumento (Redução) em Outros créditos	1.133	1356	1.957
Redução (Aumento) em Outras Obrigações	(850)	969	1.148
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(785)	(1.512)	(2.359)
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais	10	1.630	15
Redução (Aumento) Imobilizado	(17)	(17)	-
Caixa Líquido Consumido das Atividades de Investimentos	(17)	(17)	-
Pagamento de Dividendos	-	(1.625)	-
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	-	(1.625)	-
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	(7)	(12)	15
Disponibilidades no Início do Exercício	17	22	7
Disponibilidades no Final do Exercício	10	10	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2021 Exercício	2020 Exercício
Ativo Circulante e não Circulante		197.722	145.236
Depósitos Bancários		167	4.073
Aplicações Financeiras	14	71.420	45.353
Disponibilidade dos Grupos		8.104	7.078
Vinculado a Contemplações		62.861	38.144
Recursos dos Grupos em Formação		454	131
Outros Créditos		126.135	95.809
Bens Retomados ou Devolvidos		311	12
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	15	125.823	95.797
Compensação		1.121.960	1.133.688
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		7.599	7.053
Contribuições Devidas aos Grupos		585.111	582.081
Bens a Contemplar		529.250	544.554
Total do Ativo		1.319.681	1.278.923

	Notas Explicativas	2021 Exercício	2020 Exercício
Passivo Circulante e não Circulante		197.722	145.236
Obrigações com Consorciados		79.710	67.756
Valores a Repassar		8.949	6.387
Contemplações a Entregar		62.861	38.144
Recursos a Devolver a Consorciados		34.802	23.534
Recursos dos Grupos		11.400	9.415
Compensação		1.121.960	1.133.688
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		7.599	7.053
Obrigações dos Grupos por Contribuições		585.111	582.081
Bens a Contemplar		529.250	544.554
Total do Passivo		1.319.681	1.278.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021	2020
	Exercício	Exercício
Disponibilidades no Início do Exercício	49.426	36.935
Depósitos Bancários	4.073	4.028
Aplicações Financeiras	45.353	32.907
(+) Recursos Coletados	173.532	145.381
Contribuições para Aquisição de Bens	130.586	99.415
Taxa de Administração	31.246	38.515
Contribuições ao Fundo de Reserva	2.316	2.311
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.931	797
Multas e Juros Moratórios Recebidos	561	497
Prêmios de Seguros	975	1.076
Outros	3.917	2.770
(-) Recursos Utilizados	(151.371)	(132.889)
Aquisição de Bens	(108.652)	(86.265)
Taxa de Administração	(32.035)	(39.032)
Multas e Juros	(269)	(237)
Prêmios de Seguros Pagos	(1.010)	(1.087)
Devoluções a Consorciados Desligados	(1.277)	(1.672)
Outros	(8.129)	(4.596)
Disponibilidades no Final do Exercício	71.587	49.426
Depósitos Bancários	167	4.073
Aplicações Financeiras	71.420	45.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

Impactos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

A Administradora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Administradora manteve no exercício de 2021 as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os colaboradores que prestam serviços a Administradora, foram orientados a permanecer em trabalho home office.

Vale destacar que a atividade da Administradora não é de atendimento ao público na estrutura física. Tais atividades são desempenhadas por meio de parceiros e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, e continuarão a ser acompanhados pela Administração.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no exercício de 2021 no montante de R\$ 3.023, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme disposições na Circular BACEN nº 2381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado quando da realização da venda em consonância às disposições da Carta-Circular nº 2598 de 27 de novembro de 1995. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou serem mantidos até o seu vencimento. A apresentação no balanço entre ativos circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos. Os rendimentos intrínsecos são reconhecidos na demonstração de resultado e os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: nessa categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A apresentação no balanço entre ativo circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos.

e. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

f. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

g. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.
- Provisões para riscos: são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre as bases tributáveis, e as alíquotas, de acordo com a legislação fiscal vigente. Foi utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% (quando aplicável) sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa de contribuição social, estão apresentados na nota explicativa 6.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e a expectativa de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

j. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

k. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos quotistas, proporcionalmente às respectivas quotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

3.2 Dos grupos de consórcio

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	2021	2020
Circulante		
Cotas de Fundo de Investimento (a)	-	467
Letras Financeiras do Tesouro (b)	1.369	-
Realizável Longo Prazo		
Carteira Própria - Letras Cambiais (c)	15.647	13.935
Total	17.016	14.402

- (a) Cotas de Fundo de Investimento administrado com lastro em títulos públicos e não exclusivos, classificadas como disponíveis para venda, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado, encerrado em 01 de outubro de 2021.
- (b) São compostas por letras financeiras do tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão 01 de outubro de 2021 com prazo de vencimento para 2022, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.
- (c) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 16 de março de 2021 e 30 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento em 2023 e 2024, classificados como mantidos até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5 Outros créditos - Diversos

	2021	2020
Rendas a Receber	106	627
Diversos		
Valores Específicos de Grupos de Consórcio (a)	375	1.130
Impostos a Compensar	1.470	2.410
Outros Créditos	860	-
Total	2.811	4.167
Circulante	484	627
Realizável a Longo Prazo	2.327	3.540

- (a) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, registrados também no passivo conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 7 (b).

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2021 2º semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	2.280	4.556	8.577
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(775)	(1.549)	(2.916)
Prejuízo Compensado	-	-	59
Outros Ajustes	4	16	236
Imposto de Renda e Contribuição Social	(771)	(1.533)	(2.875)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	113	135	(287)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(884)	(1.668)	(2.588)

Em 31 de dezembro de 2021, a Administradora não possuía saldo de prejuízo fiscal (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) e de base negativa de contribuição social (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 1.112 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 977 em 31 de dezembro de 2020).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2020	Constituições	Realizações	31/12/2021
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para Despesas com Comissões	1.188	20.147	(19.582)	1.753
Provisão para Serviços de Consórcio	689	4.985	(5.428)	246
Provisão para Bônus Adicional	261	50	(311)	-
Provisão para Contingências	532	1.115	(572)	1.075
Outros	204	97	(104)	196
Total Base dos Créditos	2.874	26.393	(25.997)	3.270
Imposto de Renda Diferido (25%)	719	6.598	(6.499)	818
Contribuição Social Diferido (9%)	259	2.375	(2.340)	294
Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	977	8.974	(8.839)	1.112

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de cinco anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2021, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2022	946	866
2023 - 2025	166	152
Total	1.112	1.018

O valor presente fora calculado mediante taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2021 correspondente a 9,25%.

7 Outras obrigações - Diversas

	2021	2020
Recursos a Devolver a Consorciados (a)	892	467
Recursos Pendentes - Em Cobrança Judicial (b)	376	1.131
Credores Diversos - País (c)	670	486
Provisão para Riscos Cíveis (Nota Explicativa nº 8)	1.075	532
Provisão para Comissões e Bônus Adicional	1.753	1.449
Provisão para Serviços de Terceiros (d)	245	689
Outros (e)	226	260
Total	5.237	5.014
Circulante	1.740	1.876
Exigível a Longo Prazo	3.497	3.138

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados registrados no mesmo montante em contas do ativo na rubrica "Valores específicos de grupos de consórcio", conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 5 (a).
- (c) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar dos grupos encerrados.
- (d) Representam provisões para serviços de terceiros e auditoria externa.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas e credores no exterior.

8 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2021, a Administradora possui provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação no semestre e exercício:

	2021			2020		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	393	3	135	373	-	-
Reversão	(436)	-	(135)	(628)	(3)	-
Constituição	1.066	48	-	648	6	135
Saldo Final	1.023	51	-	393	3	135
Quantidade	44	1	-	29	1	1

A Administradora possui em 31 de dezembro de 2021, outras 129 ações cíveis (82 em 2020) e 04 trabalhistas (06 em 2020), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 2.644 (R\$ 2.157 em 2020) e R\$ 566 (R\$ 696 em 2020), respectivamente.

9 Capital social

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No exercício de 31 de dezembro de 2021, a Administradora constitui lucros no valor de R\$ 3.023 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 8.593.

c. Dividendos

A Administradora em 30 de abril de 2021, em reunião de sócios cotistas, deliberou a distribuição de R\$ 1.625 como dividendos referente ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$5.702, saldados em 24 de junho de 2021.

Dividendos	
De Domiciliados no País	1
De Domiciliados no Exterior	1.624
Total Distribuído	1.625

10 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio.

	2021	2021	2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receita de Prestação de Serviços	17.814	35.097	41.210

11 Despesas gerais e administrativas

	2021	2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com Comissões	10.638	18.850	17.145
Despesas de Serviços Técnicos	2.543	7.057	11.348
Propaganda e Publicidade	782	1.164	753
Serviços Administrativos	266	570	896
Despesas com Pessoal	44	44	-
Outras Despesas Administrativas (a)	793	1.548	1.468
Total	15.066	29.233	31.610

- (a) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, perdas com administração de consórcio, despesas com gravames, processamento de dados, despesas legais e judiciais, e viagens e estadias.

12 Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2021	2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	208	444	(59)
Resultado de Provisão de Comissão	(1.752)	(3.333)	(2.130)
Reversão de Provisão de Comissão (b)	1.580	3.029	3.204
Resultado de Variações Monetárias	(2)	8	82
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(367)	(544)	(159)
Multa/Juros Impostos, Contribuições	(8)	(96)	-
Resultado com Grupos de Consórcio	151	151	-
Outras Receitas Operacionais	-	7	(10)
Total	(190)	(334)	928

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.

- (b) Representam reversão de bônus adicional de R\$ 311 referente pagamento sobre cotas ativas em dezembro de 2020, reversão de comissão no valor de R\$ 2.718.

13 Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, compostos apenas por automóveis, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Quantidades	
	31/12/2021	31/12/2020
Grupos Administrados	36	33
Consoiciados Ativos	17.358	16.979
Bens Entregues no Exercício	1.935	1.840
Bens Entregues Totais	10.853	8.918
Bens Pendentes de Entrega	1.402	946
Desistentes e Excluídos Totais	43.019	36.935
Desistentes e Excluídos no Exercício	8.143	10.348
Taxa de Inadimplência	4,89%	3,55%

14 Aplicações financeiras - Grupos

	2021	2020
	Exercício	Exercício
Cotas de Fundo de Investimento - DI	71.420	45.353
Total	71.420	45.353

- (*) Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2021	2020
	Exercício	Exercício
Curso Normal	120.571	93.968
Em Atraso	2.147	1.539
Em Cobrança Judicial	3.105	291
Total	125.823	95.797

16 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Brasil que é composto, adicionalmente, pelas seguintes empresas: Banco RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 62.307.848/0001-15), Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 04.406.267/0001-34) e RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (CNPJ nº 13.758.102/0001-12).

No exercício de 2021, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

	Ativo/Passivo		Receita/Despesa	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	15.647	13.935	623	252
Banco RCI Brasil S.A.	15.647	13.935	623	252
Outras Obrigações - Diversas	200	229	(1.149)	(2.165)
Banco RCI Brasil S.A. (a)	58	78	(613)	(1.269)
DIAC S.A. (b)	142	133	(135)	(132)
RCI Banque S.A. (c)	-	18	(401)	(764)

- (a) Despesas de consultoria destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora.

17 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos exercícios, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

18 Eventos subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2021 até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, foi implementada a reclassificação dos recursos de grupos encerrados conforme orientações da Instrução Normativa BCB nº 208 de 15 de dezembro de 2021, advinda da Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, a qual afetará a posição patrimonial em R\$ 1.737, visto que tais recursos passam a ser considerados nos grupos de compensação no balancete da Administradora, permanecendo nas rubricas patrimoniais da Administradora apenas os valores referente a grupos encerrados anteriores a Lei 11.795 de 08 de outubro de 2008. Não havendo efeito líquido nesta demonstração de 31 de dezembro de 2021.

* * *

Diretoria Administradora

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallée
Diretor Presidente

Fabien Jean Michel Tournier
Diretor Administrativo Financeiro

Contadora
Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP 155421/O-0